

IMPASSE

# Sem acordo, greve dos servidores completa mais de dez dias

>> Rosi Oliveira  
Redação DS

Iniciada no dia 31 de maio, a greve dos funcionários estaduais completa mais de dez dias essa semana.

Sem conseguir entrar em consenso com o Governo do Estado, a categoria continua firme nas reivindicações solicitadas, e assegura que enquanto não houver por parte do Governo a certeza da Reposição Geral Anual (RGA), eles não retornarão às atividades normais.

Apesar de liminar concedida na última sexta-feira, 03, pelo desembargador Alberto Ferreira

de Souza, do Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJMT), determinando que servidores estaduais atualmente em greve nas áreas da segurança pública, do sistema penitenciário e do Departamento estadual de Trânsito (Detran) retornem às suas funções no serviço público, os grevistas afirmam que continuarão paralisados até que haja acordo por parte do Governo do Estado.

Segundo o responsável pela Subsede do Sindicato dos Policiais Cíveis de Tangará da Serra, André Luiz de Mattos, a decisão de continuar com a greve partiu de assembleia realizada na semana passada na

Capital. “Na quinta-feira aconteceu uma assembleia em Cuiabá, onde ficou decidido a continuação da paralisação, pois não estamos lutando por nada mais que nossos direitos garantidos em lei”, enfatizou, ressaltando que além da greve, a categoria também deverá mover ação contra o Governo do Estado. “Nós continuamos com a greve e ingressaremos na justiça, através da parte jurídica do Sindicato, contra o governo, para temos nossos direitos garantidos”, informou.

Outro fator que tem sido bastante questionado e levado em conta pela categoria dos ser-



Apesar de liminar concedida na última sexta-feira, 03, grevistas afirmam que continuarão paralisados

vidores, de acordo com Mattos, é o fato do Governo afirmar não ter como pagar o RGA, mas alguns tem tido o bene-

fício assegurado. “Estamos também bastante indignados, e queremos saber por que algumas categorias tem o direito

assegurado, como é o caso do judiciário e outras não? Por que essa diferença e predileção?”, desabafou o servidor.

POSSIBILIDADE



Secretária-chefe da Casa Civil, Paulo Taques

## Casa Civil reafirma possibilidade de pagar os 11,27% da RGA

>> Midia News

O secretário-chefe da Casa Civil, Paulo Taques, reafirmou a proposta de quitar 6% dos 11,27% da Revisão Geral Anual (RGA) dos servidores públicos, em três parcelas - em setembro deste ano, e janeiro e abril de 2017.

Ele também reiterou a possibilidade de o Governo pagar os 5,27% restantes da reposição, a partir de março do ano que vem, desde que o Estado esteja enquadrado nos gastos com folha salarial exigidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

O posicionamento foi feito durante reunião realizada na manhã desta sexta-feira, 10, com

membros do Fórum Sindical.

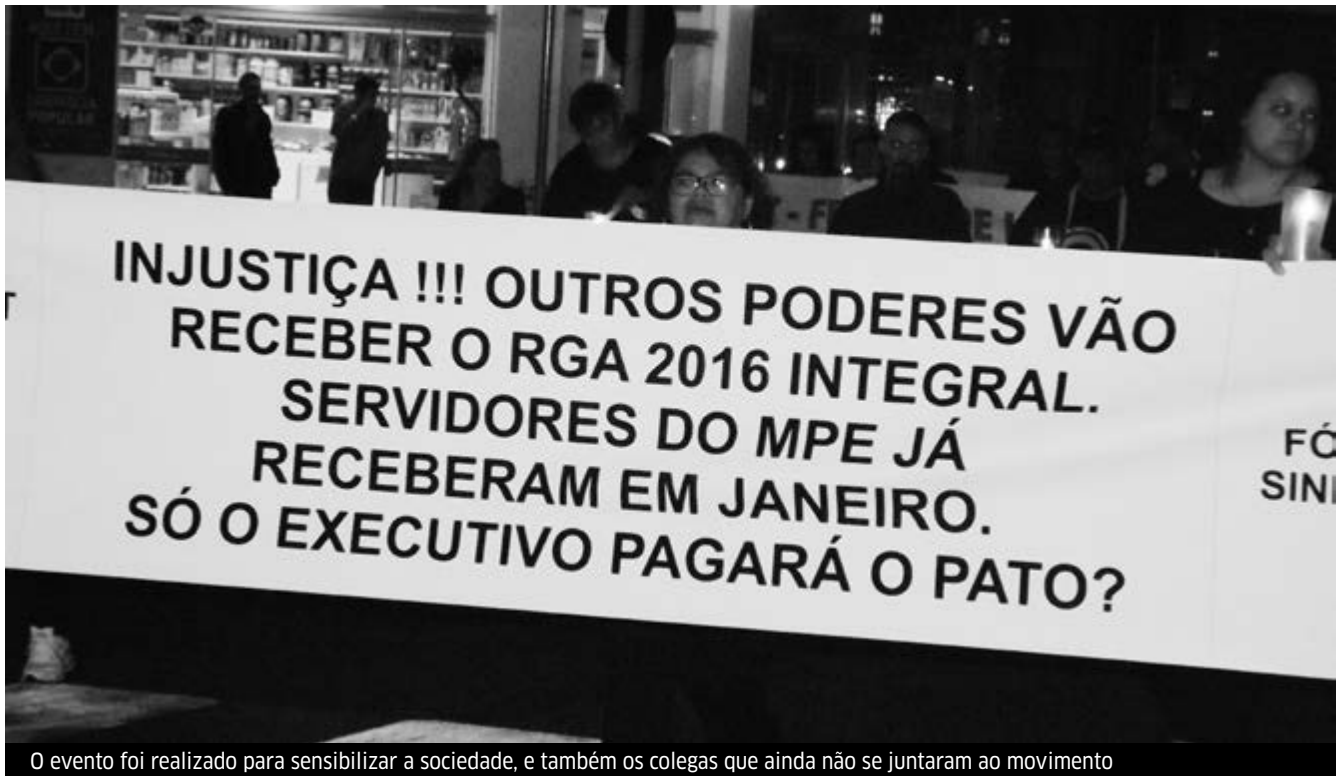
Além disso, ele garantiu o pagamento das perdas inflacionárias, retroativas a maio deste ano, em três parcelas, nos meses de maio, junho e julho de 2017.

Conforme a lei, maio é o mês em que deveria ocorrer o pagamento da reposição. Como não houve esse pagamento, os salários estão sofrendo novas perdas inflacionárias até que a RGA seja paga integralmente.

“Também acrescentamos a nossa proposta, o seguinte dispositivo: todos os meses em que o teto de gastos do Governo for abaixo de 49%, naquele mês essa diferença será revertida no pagamento da RGA para abater até chegar aos 5,27%”, completou.

EM TANGARÁ

## Servidores realizaram Caminhada do Silêncio da Indignação



O evento foi realizado para sensibilizar a sociedade, e também os colegas que ainda não se juntaram ao movimento

>> Rosi Oliveira  
Redação DS

A greve dos servidores estaduais está próxima de completar 15 dias. Enquanto isso, os servidores realizam manifestações para sensibilizar o Governo do Estado, e também para solicitar o apoio da população.

Em ato silencioso, representantes do Fórum Sindical, em Tangará da Serra, se reuniram na noite de sexta-feira, na praça da antiga prefeitura, e com velas acesas realizaram uma caminhada pelas ruas da cidade.

Durante a manifestação, os servidores car-

regavam faixas, onde deixavam clara a falta de compromisso do governo.

De acordo com a presidente da Subsede do Sintep, em Tangará da Serra, Francisca Alda, o movimento continuará até que haja o compromisso do Governo de que os direitos dos servidores serão respeitados e garantidos. “Não haverá retorno enquanto não houver o pagamento do Reajuste Geral Anual (RGA), a divulgação do calendário de concurso público, e a suspensão da Parceria Particular Privada (PPP). Enquanto essas reivindicações não forem atendidas, a Educação Básica não retorna aos trabalhos”,

assegurou, salientando que enquanto as propostas do Governo não forem de pagar a reposição ainda esse ano, tudo continuará como está. “O governo fez a proposta abaixo do que pedimos e parcelada para o próximo ano, o que não nos interessa. Queremos receber o que nos é devido este ano”, pontuou. Apesar de pacífico e silencioso, o evento chamou a atenção das pessoas pelas ruas da cidade.

De acordo com a presidente da Subsede do Sintep, em Tangará da Serra, o movimento optou por realizar a caminhada, denominada, Caminhada do Silêncio da Indignação, para sen-

sibilizar a sociedade, e também os colegas que ainda não se juntaram ao movimento. “Queremos chamar a atenção da população, para que saibam o motivo da paralisação, e para que saibam que não estamos felizes, mas essa é a única forma que temos de nos fazer ouvir pelo Governo”, argumentou, ressaltando que como o acordo não parece estar certo de ocorrer, talvez mais escolas paralizem essa semana. “Temos 12 escolas estaduais paralisadas em Tangará, das 18 que existem no município, e como o consenso ainda não aconteceu, talvez outras escolas se juntem ao movimento”, finalizou.